

X - contribuir para a consolidação de uma política pública para a pessoa idosa por uma vida digna, inclusiva e protegida; e
XI - atender com excelência.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Para a consecução do Projeto, a Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal poderá firmar parcerias, consultada a disponibilidade orçamentária previamente.

Art. 7º Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAIME SANTANA DE SOUSA

COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA
DOS CONSELHOS TUTELARES

PORTARIA Nº 02, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA DOS CONSELHOS TUTELARES, DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 78, parágrafo único, c/c art. 80, §2º, da Lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, c/c art. 5º, alínea “d”, da Portaria nº 112, de 10 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 91, de 14 de maio de 2018, e as normas do processo de apuração de infração disciplinar previstas no Título VII, da Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Processante destinada a apurar os fatos relacionados ao Processo nº 00400-00041905/2024-30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS

COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA PARA INCLUSÃO
SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 14h30, reuniu-se, presencialmente, no Centro Integrado de Operações de Brasília (CIOB), da Secretaria de Estado Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal (Ciamp Rua/DF), estando presentes enquanto membros representantes do Estado: Diego Moreno de Assis e Santos (Secretaria de Justiça e Cidadania/SEJUS), Letícia Silva Nunes (Convidada/SEJUS); Jasiel Fernandes (Secretaria de Segurança Pública/SSP); Alexandre Sérgio (Convidado/SSP); Giulliano Enoki (Convidado/SSP); Paulo Eduardo Barbosa (Convidado/SSP); Michelly Ferreira Ribeiro (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda/SEDET); Cássio de Almeida Martins (SEDET); Luan Queiroz Grisolia de Oliveira (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/SEDES); Aline Pinho (Convidada/SEDES); Felipe Areda (Convidado/SEDES); Sandra de França (Secretaria de Estado de Saúde/SES); Afonso Abreu Mendes Junior (Convidado/SES); Cristina Maria de Mello (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação/SEDUH); Polyanna Moraes Dias (Convidada/Núcleo de Enfrentamento à Discriminação/NED/MPDFT). Pela sociedade civil, os representantes: Guilherme Santos (Convidado); Valério Batista Silva (Obras de Assistência e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília/Oassab); Márcia Caldas (Conselho Regional de Psicologia/CRP); Stefano Felipe Borges (Associação Traços de Comunicação e Cultura); Kleidson Beserra (Movimento Nacional da População em Situação de Rua/MNPR). A reunião contou com a seguinte pauta: ITEM 1) Informes Gerais; ITEM 2) Apresentação do Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital para a População em Situação de Rua no Distrito Federal (Eixo 1 - Segurança Alimentar e Nutricional (SEDES); e Eixo 2 - Saúde (SES); ITEM 3) Elaboração de Protocolo de Acompanhamento e Monitoramento da Execução do Plano de Ação; e ITEM 4) Considerações finais. De pronto, a coordenação dos trabalhos, na figura de Diego Moreno, justificou a ausência de Sueli Vieira no encontro e então passou ao cumprimento do Item 1, qual seja, Informes Gerais. Nesse sentido, rememorou-se que o Regimento Interno do Colegiado, devidamente validado pelo grupo no último encontro, foi encaminhado à Assessoria Jurídico-Legislativa (AJL) da SEJUS a fim de prosseguir com a publicação da matéria em Diário Oficial do Distrito Federal (DODF). Diego informou ao grupo que a ata da quarta reunião extraordinária do Colegiado já havia sido encaminhada para alterações e, dispensada a leitura, o registro foi aprovado. Na esteira, Márcia Caldas propôs que o Colegiado realizasse as reuniões de modo alternativo - ora em local cuja sede seja do governo, ora em espaço próprio da sociedade civil. Além disso, a representante do CRP também questionou sobre a execução do Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital para a População em Situação de Rua no Distrito Federal - em especial, Márcia manifestou dúvidas quanto às ações de zeladoria outrora mencionadas no referido documento. O convidado Guilherme Santos, do MNPR apresentou algumas reclamações, tais quais: o local da presente reunião; denúncias de arquitetura hostil em Brasília; necessidade de divulgação dos trabalhos do Ciamp Rua à

sociedade civil; e recepção da população em situação de rua em prédios públicos que obrigam traje específico. Guilherme também rememorou que em 19 de agosto comemora-se o Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua. Por conseguinte, Jasiel Fernandes, além de solicitar atenção à proposta de pauta para a devida organização dos trabalhos, lembrou que a sugestão de encontro presencial no prédio da SSP visou garantir que qualquer um - a partir de qualquer vestimenta - participasse das discussões do Comitê. Ademais, pontuou que a ouvidoria da Segurança Pública está à disposição para recepção de denúncias oriundas da população em situação de rua. Em vista disso, ainda no que tange aos informes gerais, Diego Moreno - enquanto Subsecretário de Políticas para Crianças e Adolescentes - assegurou que procura por uma relação dialógica com os Conselhos Tutelares para que estes se façam presentes nas ações de zeladoria. Depois, Diego recordou a existência da comissão temática de população em situação de rua no Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CDPDDH) - embora tal comissão não substitua a atuação do Ciamp Rua, o CDPDDH pode figurar também como receptor de denúncias. A coordenação da reunião, ainda, recapitulou a existência do endereço eletrônico do Colegiado - há um e-mail (ciamp_rua@sejus.df.gov.br) pronto para a recepção de demandas da população em situação de rua. Posto isto, Diego Moreno voltou-se à fala de Márcia - sobre as ações de zeladoria - e explicou que o Plano de Efetivação tem o intuito de reunir uma série de ações - antes executadas de forma isoladas - a fim de garantir a centralização e o controle da execução da política destinada à população em comentário. Diego também explanou a diferença entre o Plano e o Protocolo. Polyanna Dias sugeriu que o grupo trabalhasse em prol de um fluxo de tratamento das denúncias que, porventura, venham a ser recebidas pelo Colegiado, bem como aconselhou sobre a produção de um local no site da SEJUS que pudesse aglutinar todas as informações sobre o Ciamp Rua. A representante do NED/MPDFT pontuou que, sobre o Plano de Efetivação, o documento válido é o publicado pela Casa Civil do Distrito Federal. Então, seguiu-se para o Item 2 da pauta, apresentação do Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital para a População em Situação de Rua no Distrito Federal. Desta maneira, os representantes da SEDES e da SES expuseram a execução de suas respectivas políticas. Sobre o Item 3, Elaboração de Protocolo de Acompanhamento e Monitoramento da Execução do Plano de Ação, o grupo deliberou que, devido ao prolongar do horário, este tópico deverá ser discutido no próximo encontro. Por fim, no que tange ao Item 4, considerações finais, acordou-se que o coletivo observará, doravante, o tempo de discussão de cada item da pauta - o intuito é conferir a continuidade da discussão e a produtividade dos trabalhos. A coordenação da reunião frisou que o Ministério Público do Distrito Federal, bem como a Defensoria Pública do Distrito Federal, são devidamente convidados para todos os encontros. Como encaminhamento, deliberou-se que a próxima reunião do Ciamp Rua acontecerá dia 15/08, às 14h00, no Auditório do Conselho Regional de Psicologia. Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 18h00, sendo que eu, Letícia Silva Nunes, convidada do CIAMP RUA/DF, lavrei a presente ata.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 14h, reuniu-se, presencialmente, no Auditório da Sede do Conselho Regional de Psicologia, o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal (Ciamp-Rua/DF), estando presentes enquanto membros representantes do Estado: Diego Moreno de Assis e Santos (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania/SEJUS), Janaína Frota (Convidada/SEJUS); Joana D'arc Santos (Convidada/SEJUS); Jasiel Fernandes (Secretaria de Segurança Pública/SSP); Paulo Eduardo Barbosa (SSP); Luan Queiroz Grisolia (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/SEDES); Leonardo Cunha (Secretaria de Estado de Educação/SE); Cristina Mello (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação/SEDUH). Pela sociedade civil, os representantes: Valério Batista Silva (Obras de Assistência e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília/Oassab); Theresa Raquel (Instituto No Setor); Márcia Caldas (Conselho Regional de Psicologia/CRP); Thessa Guimarães (CRP); Kleidson Beserra (Movimento Nacional da População em Situação de Rua/MNPR), Brenda Paes (Convidada/MNPR); Joana Bazílio (Convidada/MNPR); Paula Regina (Coletivo Voz e Rua); Tiago Kalkmann (Convidado/Núcleo de Direitos Humanos - Defensoria Pública do Distrito Federal (NDH/DPDF); Juliana Andrade (Convidada/DPDF); Valdete Andrade (convidada/CODHAB); Wasley Campos (convidado/ CODHAB). A reunião contou com a seguinte pauta: ITEM 1) Informes Gerais e aprovação da ata anterior; ITEM 2) Apresentação Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital Para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal, por representante da Secretaria de Estado de Educação (SE) e por representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação - SEDUH; ITEM 3) Elaboração de Protocolo de acompanhamento e Monitoramento da execução do plano de ação; ITEM 4) Construção de protocolo de atuação policial junto à população em situação de rua e ITEM 5) Considerações finais. De pronto, a coordenação dos trabalhos, na figura de Diego Moreno, deu início ao item 1 da pauta solicitou a reapresentação de todos devido a presença de novos representantes e convidados. O presidente informou ao grupo que a ata da quinta reunião ordinária do Colegiado já havia sido encaminhada para alterações e, após a atualização das informações referentes à última versão do Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital Para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal, a ata foi aprovada. Em seguida, no que tange ao item 2, as apresentações realizadas pelos membros titulares da SE - Leonardo Cunha e da SEDUH, Cristina, foram realizadas a contento e as dúvidas e sugestões para melhorias e aprofundamentos das metas de cada secretaria debatidas por todo o colegiado. Foram apontadas as seguintes sugestões: sugerir à SE que elabore instrumentos visando possibilitar a inclusão imediata

de crianças em situação de rua em creches e/ou berçários, evitando longas filas de espera; sugerir que a SE que amplie os serviços prestados pela Escola Meninos e Meninas do Parque na modalidade à distância, construindo instrumentos para atuação diretamente no território, por meio de um ônibus itinerante, por meio de fomentação de pontos de aprendizagem cadastrando, inclusive, professores voluntários com atuação no território, sendo esta uma experiência já conhecida pela pasta cabendo a revisão, melhoria e ampliação, desenhando uma política pública. Outra sugestão, relacionada à SEDES, é a respeito do procedimento de pagamento do auxílio excepcional, a partir da criação de estratégias para que o mesmo em hipótese alguma atrase levando a pessoa a ser despejada do imóvel. No que tange à pauta de habitação, explicações adicionais foram feitas pela representante da Codhanb, Sra. Valdete. Devido ao avançar do horário, os itens 3 e 4 da pauta não foram contemplados e serão discutidos na próxima reunião. O item 5, Considerações finais, contou com a apresentação formal do defensor público Tiago Kalkmann, que teceu considerações sobre o funcionamento do colegiado (paridade e vinculação administrativa) e cobrou a discussão sobre a manifestação aporofóbica organizada para acontecer em Taguatinga na data de 17/08/2024, visando a retirada do Centro Pop do local. Devido à necessidade de aprofundar a discussão iniciada e viabilizar possíveis ações do Ciamp-Rua/DF diante da situação, sugeriu-se como encaminhamento realização de Reunião Extraordinária para o dia 21/08/2024, às 9h, no Centro Pop de Taguatinga e assim pensar em encaminhamentos. Ressalta-se que a reunião ocorrerá de forma concomitante ao lançamento da cartilha: "Um novo presente é possível: Defensoria Pública pela superação da situação de rua", organizada pela defensoria. Ainda sob a questão das manifestações, Paula Regina (Coletivo Voz e Rua) sugeriu conversa com os Consags (Conselhos de Segurança da Comunidade) e com a segurança pública no geral, sugerindo como proposta a elaboração de uma "segurança pública cidadã" para atendimento à população em situação de rua. Ainda no que se refere aos encaminhamentos, o Ciamp Rua/DF enviará ofício ao Governo do Distrito Federal solicitando calendário das Ações de Zeladoria Urbana. Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 17h30, sendo que eu, Janaína Egler Frota, convidada do Ciamp-Rua/DF, lavrei a presente ata.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h30, reuniu-se, presencialmente, na Sala de Situação, localizada no Mezanino do Edifício-Sede do MPDFT, entre as 14h30 e as 18h, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal (Ciamp-Rua/DF), estando presentes enquanto membros representantes do Estado: Diego Moreno de Assis e Santos (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania/SEJUS), Janaína Frota (Convidada/SEJUS); Paulo Eduardo Barbosa (Secretaria de Estado de Segurança Pública/SSP); Luan Queiroz Grisolia (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social/SEDES); Leonardo Cunha (Secretaria de Estado de Educação/SE); Cristina Mello (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação/SEDUH); Carine Rodrigues (Secretaria de Estado de Saúde/SES); Cássio de Almeida Martins (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda/SEDET). Pela sociedade civil, os representantes: Valério Batista Silva (Obras de Assistência e de Serviço Social da Arquidiocese de Brasília/Oassab); Theresa Raquel (Instituto No Setor); Thessa Guimarães (Conselho Regional de Psicologia/ CRP); Kleidson Beserra (Movimento Nacional da População em Situação de Rua/MNPR), Brenda Paes Loureiro (Convidada/ MNLDPSP); Guilherme (Convidado/MNPR); Paula Regina (Coletivo Voz e Rua); Stefano Borges (Associação Traços); Maria do Socorro Leitão (Convidada/ Frente Parlamentar em Defesa da Pop. Rua); Dr. Tiago Kalkmann (Convidado/Núcleo de Direitos Humanos - Defensoria Pública do Distrito Federal (NDH/DPDF); Dra. Polyanna Dias (convidada MPDFT) Bruna Guimarães (convidada/ MPDFT); Beatriz Gonzaga (convidada/ MPDFT) A reunião contou com a seguinte pauta: ITEM 1) Informes Gerais e aprovação da ata anterior; ITEM 2) Apresentação Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital Para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal, por representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (SEDET); ITEM 3) Elaboração de Protocolo de acompanhamento e Monitoramento da execução do plano de ação; ITEM 4) Construção de protocolo de atuação policial junto à população em situação de rua e ITEM 5) Considerações finais. De pronto, a coordenação dos trabalhos, na figura de Diego Moreno, deu início ao item 1 da pauta solicitou a reapresentação de todos devido a presença de novos representantes e convidados. O presidente informou ao grupo que a ata da quinta reunião ordinária do Colegiado já havia sido encaminhada para alterações e, a ata foi aprovada por unanimidade. Ainda durante os informes gerais, Thessa (CRP) questionou sobre o ofício encaminhado ao GDF solicitando a divulgação do calendário de ações de zeladoria. Diego respondeu que o ofício foi encaminhado, porém ainda não respondido. Destacou que as informações serão disponibilizadas por adendos ao PAI 001/2024 e que disponibilizará os documentos semanalmente, porém com supressão das informações dos contatos pessoais dos envolvidos. Informou, ainda, que as próximas ações serão de rescaldo realizadas na região de Amnieiras. Thessa pontua a necessidade de o comitê designar funções para acompanhamento das ações, de forma que o colegiado possa acompanhá-las. Theresa (No Setor) manifestou discordância das ações de zeladoria e Thessa concordou, informando que tais ações têm falhado em sua estratégia. Paula Regina (Coletivo Voz e Rua) sugeriu a reabertura de edital para preenchimento da cadeira da sociedade civil que permanece vazia. Trouxe a necessidade de compreensão da necessidade das políticas e retomou a proposta do diálogo com os Conselhos de Segurança da Comunidade (Consags) e da elaboração de protocolo com a política para atender a comunidade da população em situação de rua. Luan (Sedes) considerou o

avanço que foi o enfoque nas apresentações das Secretarias, para melhor entendimento do que está acontecendo e destacou que existem outras ações sendo que realizadas e que merecem ser discutidas, como a reserva de vagas de construção e manutenção de contratos vinculados ao GDF, ambos destinados à população em situação de rua. Alertou, ainda, para a importância da pauta e tempo de reunião para discussão das questões iminentes. Dra. Polyana (MPDFT) questionou sobre o Regimento Interno, considerando importante o comitê ter pautas para avançar e colocar direcionamentos no que tange ao acompanhamento da política, portanto considera que o comitê deva atuar de maneira mais propositiva, levantando as dúvidas sobre a implementação do Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital Para a População em Situação de Rua no DF e emitindo questionamentos. Resgatou que, com o plano formalizado, o GDF destacou-se dos outros estados devido à iniciativa, portanto seria interessante elencar as prioridades, para além das ações de zeladoria. Informou ter cogitado requerer a paralisação destas ações, porém considerou importante montar um panorama das operações por meio de diagnósticos e dados de encaminhamentos, de forma a permitir a compreensão de sua efetividade, tendo em vista que o protocolo é feito para resguardar direitos humanos. Pontou, também, que a partir do momento que o plano é criado e apresentado, as ações estão liberadas para serem realizadas. E, no sentido de seu monitoramento via Acordo de Cooperação Técnica, são realizadas reuniões semestrais. Sugeriu a publicização de canal de denúncias para a população em situação de rua, com elaboração de card informativo. Tiago (DPDF), reiterou a fala da Dra. e deixou o entendimento de que um comitê deve apresentar propostas de medidas. Informou que as ações precisam de ajustes, tendo vista ter obtido relatos de derrubadas de barracos com crianças no interior, portanto seu posicionamento institucional é o de que elas deviam ser interrompidas. Também teceu críticas à não divulgação das ações de rescaldo e sugeriu a elaboração de escala para acompanhar como as ações são realizadas. Theresa (No Setor) resgata que os embates com o governo não são recentes e considerou que são muitas as questões a se melhorar. Socorro (convidada) se apresentou e informou compor a Frente Parlamentar em Defesa da População de Rua, cujo papel tem sido monitorar a execução da política voltada à população em situação de rua encaminhando ofícios às autoridades. Kleidson (MNPR) teceu fala considerando o engessamento do comitê. Outro ponto levantado ainda no começo da reunião envolveu a possibilidade de modificação no Regimento Interno do comitê, em vias de publicação, no que tange ao interstício da representação de movimento da sociedade civil. A proposta de alteração do documento, levantada por Thessa (CRP) prevendo em seu teor a reserva de vagas natas para entidades historicamente reconhecidas atuantes na pauta da defesa dos direitos da população em situação de rua, seguindo os moldes do Ciamp Rua Nacional. Foi sugerida votação para propor a reabertura do debate e, por maioria dos votos, tal proposta venceu. Assim, como encaminhamento, na próxima reunião haverá a discussão sobre as cadeiras que comporão o comitê. Outros encaminhamentos Como encaminhamento, deliberou-se que a próxima reunião do Ciamp Rua acontecerá dia 19/09, às 14h, na Sala de Situação, do MPDFT. Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 18h00, sendo que eu, Letícia Silva Nunes, convidada do CIAMP RUA/DF, lavrei a presente ata.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, reuniu-se o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal, Ciamp Rua/DF, estando presentes enquanto membros representantes do Estado: Diego Moreno Santos (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Sejus); Janaína Frota (Convidada/Sejus); Luan Grisolia (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social), Michelly Ribeiro (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal/ Sedet); Cássio Martins (Sedet); Jasiel Fernandes (Secretaria de Estado de Segurança Pública/SSP); Paulo Eduardo Barbosa (SSP); Cristina Mello (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal/ Seduh). Pela sociedade civil, os representantes: Hellen Cris (Associação Traços de Comunicação e Cultura); Theresa Raquel Miranda (Instituto No Setor); Paula Regina Gomes (Coletivo Voz e Rua); Kleidson Beserra (Movimento Nacional da População em Situação de Rua/MNPR). Como convidados, Tiago Kalkmann (DPDF); Socorro Leitão (Frente Parlamentar em Defesa da Pop Rua); Afonso Júnior (representando a Secretaria de Estado da Saúde/SES). Justificaram as ausências: Valério Batista (Oassab); Thessa Guimarães (Conselho Regional de Psicologia/CRP) e Márcia Caldas (CRP). A reunião contou com a seguinte pauta: ITEM 1) Informes Gerais e aprovação da ata anterior; ITEM 2) Apresentação Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital Para a População em Situação de Rua, no Distrito Federal, por representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda (SEDET); ITEM 3) Elaboração de protocolo de emergência climática voltado para população em situação de rua; ITEM 4) Discussão sobre alteração de Regimento Interno (votação de inclusão das cadeiras permanentes para movimentos da sociedade civil); ITEM 5) Fluxo para recebimento e tratamento de denúncias; ITEM 6) Elaboração de Protocolo de Acompanhamento e Monitoramento da execução do Plano de Ação; ITEM 7) Considerações finais. De pronto, a coordenação dos trabalhos, na figura de Diego Moreno, deu início à abertura da reunião e informou ao grupo que a ata da sétima reunião ordinária do Colegiado já havia sido encaminhada para alterações e, dispensada a leitura, o registro foi aprovado. Então, seguiu-se para o Item 2 da pauta, qual seja, apresentação do Plano de Ação para a Efetivação da Política Distrital para a População em Situação de Rua no Distrito Federal. Desta maneira, a representante da SEDET expôs a execução de sua política, apresentando: a) a regulamentação da Lei 6.128/2018, que estabelece percentual de 2% das vagas de trabalho nas licitações de serviços e obras públicas distritais à população em situação de

rua. Michelly (Sedet) informou que a seleção e definição dos aptos ao trabalho a ser desenvolvido será atribuída da Sedes e o cruzamento entre a vaga disponível e as habilidades requeridas será de responsabilidade da Sedet, sendo, portanto, um trabalho intersetorial. O fluxo de encaminhamento está em vias de finalização e também haverá a criação de comitê permanente para possíveis ajustes na execução da política. Theresa (No Setor) questionou sobre o processo de acompanhamento psicossocial dos contemplados, que ficará a cargo da Sedes, por seis meses, inicialmente, e a partir da entrada na empresa, de acordo com a pontuação do representante da Sedes, Luan Grisolia. Hellen (Traços) fez pontuações sobre o processo de trabalho e acompanhamento realizado com os porta vozes da cultura, projeto da associação. Outro ponto debatido foi: b) a instituição de Centros de Apoio ao Trabalhador em Situação de Rua (CatRua), com objetivo de prestar atendimento às pessoas em situação de rua que buscam orientação profissional e inserção no mercado de trabalho, sendo esta também realizada em parceria com a Sedes, via portaria conjunta, ainda em análise; c) implementação de incubadora social destinada à população em situação de rua, como estratégia de fomento ao cooperativismo, ainda em estudo; d) formação de quantitativo de 800 pessoas em situação de rua no Programa Renova DF. Foram debatidos pontos importantes, como os diferentes níveis de complexidade da população em situação de rua, nos quais existem pessoas aptas ao mercado de trabalho e outras que ainda não estão, gerando a necessidade inserção em diferentes políticas. Neste sentido, Paula Regina (Coletivo Voz e Rua) e Kleudson (MNPR), resgataram a importância do acompanhamento da saúde neste processo e fizeram apontamentos para a inclusão de pessoas com questões de saúde mental, em situação de rua, no mercado de trabalho. Afonso (SES), pontuou que muitos casos já são acompanhados pelas equipes de Consultório na Rua. Foram discutidas também possibilidades de mudanças na abordagem realizada à população nos momentos das ações de zeladoria, sobretudo no que tange à entrega de cartas de vagas de trabalho, que, em muitos casos, não correspondem à vaga ofertada e acabam alimentando a desconfiança da população nas ações governamentais. Paulo Eduardo (SSP) pontuou que, antes das ações de zeladoria realizadas no local, o Estado comparece sem o aparato completo de instituições e órgãos, indo apenas com os agentes do poder público responsáveis pela oferta de inserção em políticas e ressaltou este ser o momento ideal para a construção de estratégias junto à população, tendo em vista que durante as ações são muitos os estímulos para lidar. Após este ponto, a coordenação da reunião destacou a contratação, pelo Governo do Distrito Federal, de 15 (quinze) pessoas com histórico de situação de rua em diferentes secretarias de estado do DF, sendo a seleção dos contemplados realizada pela Sedes. Os contemplados foram nomeados no DODF. Devido ao avançar da discussão, os itens: 3) Elaboração de protocolo de emergência climática voltado para população em situação de rua; 4) Discussão sobre alteração de Regimento Interno (votação de inclusão das cadeiras permanentes para movimentos da sociedade civil); 5) Fluxo para recebimento e tratamento de denúncias e 6) Elaboração de Protocolo de Acompanhamento e Monitoramento da execução do Plano de Ação serão discutidos nos próximos encontros. Como encaminhamento, deliberou-se: pelo formato mensal das reuniões do colegiado, sendo a próxima a se realizar na data de 17/10/2024, às 14h, em local a definir; pela criação de Grupo de Trabalho voltado para o debate das questões climáticas, com objetivo de elaboração de protocolo de emergência climática direcionado à população em situação de rua, grupo formado pelas representantes da sociedade civil Paula Regina (Coletivo Voz e Rua), Kleudson Beserra (MNPR) e Theresa Raquel Miranda (Instituto No Setor). O grupo se reunirá e apresentará proposta de protocolo na próxima reunião, e, havendo necessidade, solicitará reunião extraordinária. Sugeriu-se, ainda: criação de Grupo de Trabalho voltado à construção de fluxo para recebimento de denúncias; grupo para elaboração de plano para para acompanhamento do Plano de Ação para efetivação da Política para a População em Situação de Rua e construção de calendário para realização de ações no território, como visitas institucionais. Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 17h00, sendo que eu, Janaína Egler Frota, convidada do CIAMP-Rua/DF, lavrei a presente ata.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 12 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro, às 14h, reuniu-se o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal, Ciamp-Rua/DF, estando presentes enquanto membros representantes do Estado: Diego Santos (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Sejus); Janaína Frota (Convidada/Sejus); Luan Grisolia (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social); Afonso Júnior (Secretaria de Estado da Saúde/SES); Leonardo Cunha (Secretaria de Estado de Educação/SEE). Pela sociedade civil, os representantes: Stéfano Borges (Associação Traços de Comunicação e Cultura); Theresa Raquel Miranda (Instituto No Setor); Paula Regina Gomes (Coletivo Voz e Rua); Bentilho (Coletivo Voz e Rua); Kleudson Beserra (Movimento Nacional da População em Situação de Rua/MNPR); Alan Teixeira de Lima (MNPR); Valério Batista (Oassab); Thessa Guimarães (Conselho Regional de Psicologia/CRP) e Márcia Caldas (CRP). Como convidados, Tiago Kalkmann (DPDF); Socorro Leitão (Frente Parlamentar em Defesa da Pop Rua); Joana Bazílio (MNPR); Guilherme Santos (MNPR); Tarcízio Borges (MNPR). Justificaram as ausências: Cássio Martins (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal/ Sedet); Jasiel Fernandes (Secretaria de Estado de Segurança Pública/SSP); Paulo Eduardo Barbosa (SSP); Cristina Mello (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal/ Seduh); Tamara Barbosa (Seduh). A reunião contou com a seguinte pauta: ITEM 1) Informes Gerais e aprovação da ata anterior; ITEM 2) Apresentação de Resolução/ fluxo para recebimento de denúncias; ITEM 3) Considerações finais. De pronto, a coordenação dos trabalhos, na figura de Diego Moreno, deu início à abertura da reunião, agradecendo a Sedes, na figura de Luan

Grisolia, pela disponibilidade do espaço. Apresentou o novo representante do titular no MNPR, Alan Teixeira de Lima e também trouxe questões pertinentes ao Censo Pop Rua. Em seguida, informou ao grupo que a ata da oitava reunião ordinária do Colegiado, realizada ainda em setembro, já havia sido encaminhada para alterações. Não houve aprovação anterior devido à falta de quórum no último encontro. Dispensada a leitura, o registro foi aprovado. Em seguida, o coordenador sinalizou a necessidade de discussão de três pontos: 1) Instituições faltantes nas reuniões do Ciamp-Rua/DF e a necessidade de, observando o Regimento Interno e as deliberações do próprio colegiado, pensar em forma de abordagem perante a situação; 2) Votação da Vice Presidência do Comitê, a ser ocupada por instituição da sociedade civil; 3) Recesso nas reuniões do Ciamp-Rua/DF. Sobre a definição das atividades do próximo ano, Luan (Sedes) pontuou a necessidade de envio de nota às instituições faltantes, para que estejam presentes na próxima reunião e, caso não exista o interesse em participar, que se manifestem. Janaína atualizou sobre o contato em andamento com o professor Pedro Jabur, da área de Saúde Coletiva da UnB da Ceilândia, que tem interesse em participar do colegiado enquanto Instituição de Ensino Superior (IES), levando a alterar a configuração atual do comitê. Isto porque, como não houve IES selecionada inicialmente, a instituição que ficou com a menor pontuação e ocuparia a suplência, subiu à titularidade (OASSAB). Assim, havendo a participação de IES, esta instituição voltaria à suplência. Diego pontuou que, caso a instituição ausente não se manifeste, o quadro ficará completo. Relembrou que outras entidades que não compõem formalmente o colegiado são bem vindas à participação nas discussões, ainda que não tenham possibilidade de voto. Guilherme (MNPR) questionou sobre o andamento dos GTs do Ciamp-Rua. Diego contextualizou que os GTs estão formados, mas há a necessidade de definição dos calendários para o desenvolvimento dos trabalhos. Theresa pontuou que a adoção do formato dos GTs pode ser pensada como metodologia de trabalho do comitê, havendo a necessidade de melhor delimitação da proposta. Sugeriu que os grupos temáticos poderiam levantar dados das temáticas e trazer para o grupo geral, nas plenárias. Socorro (Frente Parlamentar) questionou quantos GTs existem no momento e Janaína (Sejus) informou que apenas um foi definido, relativo a questões climáticas. Sugeriu a criação de outro grupo, misto, para tratar do fluxo de recebimento/ tratamento de denúncias (item 2 da presente pauta). Joana (MNPR) apresentou a proposta GTs do Ciamp Nacional e a forma de funcionamento de todos, sugerindo o levantamento das pautas que combinam entre si para formação dos grupos. Paula Regina (Voz e Rua) apontou a necessidade de resgatar pautas anteriores, incluindo os debates sobre as ações de zeladoria, após os primeiros impactos. Socorro levantou a necessidade de aproximação com o Ciamp Nacional para aproximar as discussões e Diego relembrou que já foi realizada articulação e Nacional enviou convite para participação em um momento, mas não retornou com novos convites. Joana se colocou à disposição para colaborar enquanto representante do Ciamp Nacional. Trouxe à tona a necessidade de que o estado divulgue e incentive ações que promovam a superação da vida nas ruas. Luan informa sobre a participação em GT que trata da reserva de vagas em contratos do GDF e que seria importante o Ciamp Rua/DF acompanhar o debate e cobrar o GDF sobre a implementação, visto que foi construído fluxo para tal encaminhamento, que precisa ser colocado em prática. No ensejo da questão, Theresa e Joana questionaram sobre o fluxo para encaminhamento de pessoas em situação de rua para o Renova DF. Diego pontuou ser uma questão a ser trabalhada com a Sedet, que não contava com representante na presente reunião, ao passo que Luan informou que os cadastros para o Renova podem ser feitos nas unidades de Sedes, preferencialmente nos Centros Pop. Guilherme e Joana citaram o acompanhamento de situações específicas envolvendo pessoas que não conseguiram participar do Renova DF; Diego informou que entrará em contato com o responsável pela pauta na Sedet, para alinhamento, visto que há informações diferentes repassadas pelas secretarias envolvidas. Theresa sugeriu que o Ciamp Rua/DF fique mais próximo do processo do Renova DF como um todo, no intuito de melhor compreensão de fluxo e divulgação de abertura de novas turmas. Já ao final da reunião, Diego questionou sobre a representação no comitê referente ao MNPR; Joana informou que a titularidade seria de Alan Teixeira de Lima e a suplência de Kleudson Beserra, conforme enviado via ofício. Kleudson discordou da forma como a situação foi conduzida. Bentilho (Coletivo Voz e Rua) e Alan (MNPR) se apresentaram aos demais membros, contando suas trajetórias e se colocando à disposição para contribuir. Deliberações / Encaminhamentos: o grupo deliberou pela realização de próxima reunião em 23/01/2025, às 14h, em formato online, seguida de reunião em fevereiro, em data a definir. Como pontos a serem discutidos: 1) Votação da vice-presidência do comitê, cargo que deve ser ocupado por representante da sociedade civil; 2) Discussão acerca do fluxo de denúncias; 3) Criação/definição dos GTs; 4) Definição do cronograma de reuniões de 2025; 5) Envio de ofício à instituição faltante solicitando manifestação sobre a questão. Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 17h00, sendo que eu, Janaína Egler Frota, convidada do CIAMP-Rua/DF, lavrei a presente ata.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 30 dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às 14h, reuniu-se o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal, Ciamp-Rua/DF, estando presentes enquanto membros representantes do Estado: Diego Santos (Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania - Sejus); Janaína Frota (Convidada/Sejus); Luan Grisolia (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social); Leonardo Cunha (Secretaria de Estado de Educação/SEE); Cássio Martins (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal/ Sedet); Paulo Eduardo Barbosa (Secretaria de Estado de Segurança Pública/SSP) e Cristina Mello (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal/ Seduh). Pela sociedade civil,

os representantes: Theresa Raquel Miranda (Instituto No Setor); Alan Teixeira de Lima (MNPR); Valério Batista (Oassab); Márcia Caldas (Conselho Regional de Psicologia/CRP). Como convidados, Tiago Kalkmann (DPDF); Professor Dr. Pedro Jabur (Universidade de Brasília (UnB); Andréia Macêdo (UnB); Tatiana Dore (UnB). A reunião contou com a seguinte pauta: ITEM 1) Informes Gerais e aprovação da ata anterior; ITEM 2) Eleição: votação da Vice Presidência do comitê; ITEM 3) Apresentação de Resolução/ Fluxo para recebimento de denúncias; ITEM 4) Encaminhamento a Comunidades Terapêuticas; ITEM 5) Considerações finais. De pronto, a coordenação dos trabalhos, na figura de Diego Moreno, deu início à abertura da reunião, agradecendo a Sedes, na figura de Luan Grisolia, pela disponibilidade do espaço, bem como pela articulação da visita institucional do Ciamp Rua/DF ao Centro Pop Brasília, realizada dia 21.01.2025. Informou ao grupo que a ata da nova reunião ordinária do colegiado já havia sido encaminhada para alterações e, dispensada a leitura, o registro foi aprovado. Diego deu boas-vindas ao professor Pedro Jabur e às professoras Tatiana e Andréia, ambos da Universidade de Brasília (UnB), e fez o convite à participação em outras reuniões. Apresentou o comitê como instância participativa e democrática, e citou a construção coletiva do Regimento Interno como exemplo. Andréia Macedo agradeceu o convite e se apresentou como pesquisadora do NEVIS - Núcleo de sobre Violência e Segurança da UnB, informando que foram observar a reunião. Tatiana também se apresentou como membro do núcleo de estudos e informou que estão em uma parte do projeto que envolve a observação sobre o funcionamento dos comitês, especialmente os voltados à população em situação de rua. A coordenação do núcleo e da pesquisa são do professor Artur Trindade, em parceria com a SSP. O professor Pedro Jabur se apresentou, contextualizando já ter recebido o convite de Theresa e Márcia para participar do colegiado enquanto representante acadêmico. Relatou ser professor da UnB, faculdade da Ceilândia desde 2009, pesquisando a população em situação de rua desde 2013, conduzindo o Observatório Nacional da População em situação de rua em um projeto com o Ministério da Saúde. Pontuou, ainda, as tratativas em curso para que se torne o representante da Instituição de Ensino Superior perante o comitê. Houve a seguir uma rodada de apresentação dos membros, com menção aos ganhos obtidos com a presença de representantes do meio acadêmico para fortalecimento do debate envolvendo a população em situação de rua. Partiu-se à discussão do item 2 da pauta, que se estende desde a última reunião: definição da vice-presidência do colegiado. O coordenador dos trabalhos resgatou que na presente reunião já deveria haver a indicação dos nomes para ocupar a vaga, destinada à sociedade civil. Acrescentou a necessidade condução do processo de votação ou indicação acontecer de forma democrática e transparente, e que o cargo preenchido será importante para haver a divisão de tarefas com a atual coordenação executiva do comitê, representada pelo governo. Como não houve manifestação, propôs-se a definição do nome ou dos nomes na próxima reunião, a acontecer no mês de fevereiro. Luan (Sedes) pontuou a necessidade de pensar em uma pessoa que seja atuante e que irá se comprometer com a pauta, provocando neste sentido a necessidade de maior protagonismo da sociedade civil, visto que o vice deve ser oriundo desta representação. Dando prosseguimento, Diego relatou a ausência da instituição Tulipas do Cerrado, bem como a não justificativa em razão das faltas consecutivas e a necessidade posterior de debater o assunto e se pensar em um possível nome para substituição, caso a instituição não se manifeste. Informou o encaminhamento de expediente formal à osc cobrando o posicionamento. O coordenador mencionou a sua presença na reunião de organização do Mutirão Pop Rua Jud, a se realizar em 12 de Março, das 9h às 17h, e questionou junto aos membros que serviço /atuação o Ciamp Rua/DF poderia desempenhar no local, para que seja solicitado à organização do evento a logística para tal, como cadeiras, mesas, computadores, e assim se unir à oferta dos demais serviços. Seguiu-se para o item 3 da pauta: Apresentação de Resolução/ fluxo para recebimento de denúncias. Diego pontuou a existência de Grupo de Trabalho com proposta semelhante no Conselho Distrital de Direitos Humanos, informando que a ideia não é sombrear ou esvaziar a competência do citado comitê, mas criar mecanismo para apuração das situações. A proposta é que as denúncias recebidas sejam encaminhadas para relatoria, a ser realizada de forma alternada entre membros da sociedade civil e do governo, com a distribuição em ordem alfabética. A convidada Janaína (Sejus) entregou aos presentes uma cópia impressa da minuta da Resolução que propõe a criação do GT e Diego informou não se tratar de texto pronto, mas de proposta que deve receber indicações de melhoria, seja na forma ou no conteúdo. Solicitou a análise de todas e todos para aprovação do texto na próxima reunião, a fim de encaminhamento à assessoria jurídica da pasta e posterior envio para publicação. Ressaltou que já há o desafio do tratamento das denúncias até a publicação da resolução, que vem sendo realizado pela presidência e secretaria executiva, mas que a ideia é que com a publicação da resolução haja a contribuição de todos, não apenas no sentido do acesso às denúncias, mas na possibilidade de ida a campo, realização de diligências e conversas com outros órgãos. Reforçou que o fluxo está enxuto e baseado na proposta do Conselho Distrital de Direitos Humanos. Em seguida, o coordenador dos trabalhos relembrou a necessidade de cuidado no que tange aos documentos produzidos pelo grupo, referindo-se à Memória de Reunião da visita institucional ao Centro Pop e que contém dados sensíveis e foi compartilhada com público externo ao Ciamp/DF, antes de aprovação. Houve a leitura em voz alta do documento produzido e sugestões de supressão de texto e inclusão de outros itens importantes. Acerca do documento compartilhado, Márcia (CRP), questionou sobre o encaminhamento a comunidades terapêuticas (CT) citado no teor do relato, o que gerou discussão entre os membros do colegiado. A representante do CRP relatou não concordar com o encaminhamento às CTs, devido ao histórico de violações de direitos humanos nestes espaços, destacando que a via de encaminhamento deve ser via Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), órgão da Secretaria de Estado de Saúde. Theresa (No Setor) também manifestou a discordância

com o encaminhamento e sugeriu especificar de quem partiu a ação. O coordenador Diego explicou a situação em que se deram os encaminhamentos, que foram solicitados por três atendidos pelo Centro Pop que ali estavam. Destacou, ainda, sua atuação na Subsecretaria de Enfrentamento às Drogas (SUBED) e a fiscalização das CTs irregulares. Informou adotar a posição pessoal de encaminhamento ou enquanto representante governamental e não como membro ou coordenador do comitê. Ainda sobre a visita ao Centro Pop, Alan (MNPR) opinou sobre a questão de separação do público conforme demandas (idosos / migrantes), com o objetivo de diminuir o fluxo de atendidos no local, direcionando-os conforme demandas específicas. Pollyana Dias (MPDFT) informou a existência de um processo interno no órgão que cobra a reforma do serviço, assim como também mencionou a necessidade de fortalecimento da RAPS - Rede de Atenção Psicossocial, destacando a possibilidade de compartilhamento e informações sobre a Política de Saúde Mental do DF a partir de estudo realizado pelo setor psicossocial do MPDFT. Theresa sugeriu visita aos CAPS para melhor entendimento da atuação destes centros diante da demanda da população em situação de rua, relembrando a existência do CAPS AD no Setor Comercial Sul. Foram levantadas algumas questões, como o Ciamp Rua/DF ter a legitimidade para cobrar a reforma do Centro Pop. Abordou-se, ainda, o contexto das ações de acolhimentos realizadas como os Protocolos de Ações Integradas (PAIs), sendo sugerida a construção de protocolo que colabore com as atuações dos envolvidos nas ações que ocorrem nos espaços de rua, bem como em uma capacitação em Direitos Humanos direcionada aos coordenadores situacionais que participam das ações. Deliberações / Encaminhamentos: o grupo deliberou pela realização de próxima reunião em 20/02/2025, às 14h, na sede do Instituto No Setor. Pontos a serem discutidos: 1) Votação da vice-presidência do comitê, cargo que deve ser ocupado por representante da sociedade civil; 2) Aprovação da Resolução que aborda fluxo de denúncias; 3) Discussão sobre possível representante da sociedade civil a ocupar lugar de instituição faltante. Ainda, serão viabilizados: 3) Formalização de convite ao MPDFT para que o setor psicossocial apresente dados sobre a Política de Saúde Mental do DF; 4) Atualização do relato de visita institucional e posterior encaminhamento à Sedes, solicitando a respostas quanto ao que está sendo feito para melhoraria estrutural do local. Sem mais para o momento, a reunião foi encerrada às 17h00, sendo que eu, Janaína Egler Frota, convidada do CIAMP-Rua/DF, lavrei a presente ata.

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM SUPERINTENDÊNCIA DE TRÂNSITO

ATA - DER-DF/DIFIT/GEIPE/NUIAP/CPRI - 03/2025

A Gerência de Infrações – GEINF, do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, em conformidade com as competências estabelecidas na Lei n. 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro – CTB, informa e dá publicidade aos proprietários e/ou infratores dos veículos das decisões de ARQUIVAMENTO, nos processos abaixo relacionados, nos termos no art. 37 da Constituição Federal - CF/88 c/c art. 285 §1º e §5º do CTB.

Art. 285. O recurso contra a penalidade imposta nos termos do art. 282 deste Código será interposto perante a autoridade que imputou a penalidade e terá efeito suspensivo.

§ 1º O recurso intempestivo ou interposto por parte ilegítima não terá efeito suspensivo. (...)

§ 5º O recurso intempestivo será arquivado.

A lista das decisões também está disponível no site (www.der.df.gov.br). O padrão de sequência de identificação dos dados das infrações abaixo relacionados segue a ordem de: nº do processo, placa, número do auto de infração e decisão. Esclarecemos que das decisões de arquivamento não caberá recurso na forma do art. 290, inc. II do CTB.

Nº Processo SEI	Placa	Auto de Infração	Decisão
00113-00008661/2023-10	QFZ6J83	CJ02926667	ARQUIVAMENTO
00113-00008610/2023-98	PQV6579	YE02036413	ARQUIVAMENTO
00113-00008609/2023-63	EJC1D88	YE01965046	ARQUIVAMENTO
00113-00008689/2023-57	PBY7966	YE01186422	ARQUIVAMENTO
00113-00008801/2023-50	REM2H64	YE02080922	ARQUIVAMENTO
00113-00008773/2023-71	JHA4490	CJ02921896	ARQUIVAMENTO
00113-00008771/2023-81	JHA4490	CJ02923862	ARQUIVAMENTO
00113-00008759/2023-77	PBP8728	YE01988350	ARQUIVAMENTO
00113-00008738/2023-51	OTZ9132	YE01307518	ARQUIVAMENTO
00113-00008855/2023-15	REF4J29	CJ03236954	ARQUIVAMENTO
00113-00008852/2023-81	REF4J29	CJ02894738	ARQUIVAMENTO
00113-00008851/2023-37	NHE0864	YE02034084	ARQUIVAMENTO